18º ENPESS
Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

AS INFLUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA URBANA E OS CONFLITOS ARMADOS EM CAMPUS UNIVERSITÁRIOS: APONTAMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

JOÃO VITOR GOMEZ BITENCOURT[1]

YASMMIM OLIVEIRA GOMEZ BITENCOURT HEICHARD[2]

RESUMO

Se analisa a violência urbana, os conflitos armados e suas influências em campi universitários no Rio de Janeiro, com ênfase ao Campus Fundão da UFRJ. Por meio de estudos bibliográficos e matérias e reportagens, verifica-se que a (para)militarização gerada pela relação pautada na lógica capitalista prejudica a função social do espaço e o uso democrático de suas áreas livres.

Palavras-chave: Violência urbana; conflito armado; campus universitário; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The analysis focuses on urban violence, armed conflicts, and their influences on university campuses in Rio de Janeiro, with an emphasis on the Fundão Campus of UFRJ. Through bibliographic studies and news articles, it is observed that the (para)militarization resulting from the relationship based on capitalist logic undermines the social function of the space and the democratic use of its open areas.

Keywords: Urban violence; armed conflict; university campus; Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO/PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Este artigo trata do contexto da violência urbana e os conflitos armados e as suas influências em campi universitários no Rio de Janeiro, com enfoque ao Campus da Ilha do Fundão

[1] Universidade Federal do Amazonas
[2] Universidade Federal do Rio de Janeiro

(Cidade Universitária), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Constitui-se este trabalho através de variados exercícios analíticos, na perspectiva da Análise do Discurso (AD), por fontes de várias ordens, apresentando uma análise do objeto de estudo por meio de uma "síntese de vários elementos".

Na articulação dos subsídios de estudo busca-se extrair representações que estão no campo da reprodução das relações sociais, e com isso "fazer emergir" um sentido que é produzido acerca desse objeto. Optou-se por trabalhar com a revisão bibliográfica, uma parte vital do processo de investigação, aquela que envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (Bento, 2012), identificando pontos de consenso e coerência e apreendendo as estruturas de relevância e ideias centrais (Minayo, 2014).

Esse exercício analítico tem por base o levantamento de estudos bibliográficos (livros e artigos científicos), mas também se apoia em um sútil corpus de arquivo (matérias/reportagens). A indagação e apoio às notícias e reportagens (como forma de busca de conhecimento da realidade sobre o objeto de estudo) dão maior visualização à realidade acerca do objeto de estudo, pois a notícia é uma construção e não uma representação fiel da realidade, no contexto em que se pode aprender muito em torno de sua configuração, das características do próprio meio no qual ela aparece" (Gomes, 2011).

2. APONTAMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA NO CONTEXTO DOS CONFLITOS ARMADOS NA CONTEMPORANEIDADE:

A violência urbana se materializa no confronto de estilos de vida opostos, que dá lugar às lutas urbanas entre as diferentes classes sociais (Gullo, 1998) e que se manifesta no nível de privação de populações no campo da sobrevivência e dos direitos sociais (Weyrauch, 2011). Essa forma de violência hoje ocupa nossa atenção e aponta para a deterioração das redes de controle social e a rápida progressão do "crime organizado", particularmente aquele que se conecta com o tráfico internacional de drogas (Misse, 2006).

A gênese da "questão social" no Brasil deve ser compreendida no processo de transição para o capitalismo dependente, no período que as heranças da escravidão e as lutas populares, indígenas e quilombolas contra esse sistema de exploração, se davam em meio ao ingresso da América Latina no mercado mundial sob a égide da colonização, fundada no tripé da monocultura de exportação, do latifúndio e da força de trabalho escravizada (Castelo, 2021). Nas economias dependentes, como detalha Osório (2018), se permite os prolongamentos da jornada de trabalho,

ISSN 2965-2499

a intensificação do trabalho, os salários abaixo do valor da força de trabalho e elevação da taxa de massa de mais-valia.

Na atualidade essa condição configura-se de forma complexa. Luce (2018) identifica como formas contemporâneas de transferência de valor, como as remessas de lucros e royalties de empresas estrangeiras, a renda diferencial da terra e os serviços da dívida pública. Acirram-se as expressões da "questão social", aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a ordem legal e a realidade das desigualdades na dinâmica das relações de poder e dominação (Teles, 1996). A violência é intrínseca ao processo de apropriação das hegemonias monopolistas das riquezas de recursos existentes e da força de trabalho, na dominação global baseada em dimensões articuladas da eficiência produtiva e a agenda política mundial e de superioridade militar (Wallerstein, 2004), em um processo sócio-histórico marcado pelo crescente desenvolvimento desigual entre os países.

Particulariza-se a "violência estrutural" no capitalismo brasileiro, que, conforme demonstra Minayo (2006, p.104), "reúne os aspectos resultantes da desigualdade social, da penúria provocada pela pobreza e pela miséria e a discriminação que se expressa de múltiplas formas". Refere-se às condições extremamente adversas, que geram uma população de pessoas vivendo na miséria, com fome, habitação precária, educação deficiente, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e sofrendo a violação dos direitos humanos (Maldonado, 1997). Na história da gênese da "questão social" no Brasil, a violência é uma potência econômica, através de formas "indiretas" - na promulgação de leis, das regulamentações etc. tal como de forma "direta", materializada, por exemplo, nas operações bélicas e militarizadas com traços punitivistas (Bitencourt, 2023).

Na América Latina, a expansão do poder punitivo passou a ser encarada na ordem da política de guerra, pois desde a ditadura civil-militar de 1964 o Brasil passou a apresentar a possibilidade estrutural para a implementação de um modelo de guerra (Batista, 1998). Trata-se do período de fortalecimento da "guerra às drogas", que se dá em plena "ascensão belicista norte-americana e o forte investimento nos países latinos, que sob a lógica das intervenções militares, deflagram em leis punitivistas por toda a América Latina" (Duarte, 2019, p. 178). As condições obtidas no Brasil e na América Latina como um todo se dão em função do proibicionismo multilateral assumido através dos consensos formados por leis, resoluções, crenças e discursos, voltados aos interesses no plano militarizado.

Karam (2005, p.159) lembra que a atuação de controle e penalidade do Estado (neoliberal e conservador) na vertente do consumo “criam condições clandestinas que geram maiores tensões” e na esfera da produção/distribuição “configura o tráfico, somando a ineficiência da intervenção e do sistema penal”, sendo que uma das consequências da legislação proibicionista foi empurrar a produção das substâncias tornadas ilícitas para áreas de difícil acesso, onde o Estado tem uma presença frágil, parte da população pobre, com baixa escolaridade e futuro incerto, se envolve no plantio e venda ilícitos, vindo a construir grande parte da população carcerária (Acselrad, 2015). Potencializa- se assim a construção de um “novo senso comum penal visando criminalizar a miséria” (Wacquant, 2001, p. 18).

Vale resgatar que o debate sobre “classes perigosas” advém inicialmente de Guimarães (1981), que ao escrever (em pleno período da ditadura civil-militar) sobre fenômenos da violência urbana contemporânea, teve atenção em tratar do tema pelo viés das implicações da concentração da propriedade da terra e da renda - que influenciam diretamente na formação das classes sociais brasileiras. Nesse contexto, o ditame das relações de produção do capitalismo industrial brasileiro, ao fincar seus variados instrumentos para o desenvolvimento e a manutenção da sociabilidade em questão, passa a “marcar” a “classe laboriosa e/ou trabalhadora” como possível “classe perigosa”.

Atualmente, a imposição das medidas neoliberais resulta no aumento das desigualdades e no desmonte das garantias do bem-estar, e o acesso a bens imprescindíveis se torna objetivo cada vez mais longínquo (Chang, 2004). Vive-se um reforço do ethos privatista, a exaltação do consumo e a desvalorização dos laços de solidariedade, dos bens comuns e do espaço social (Dornelles, 2017).

Estruturalmente, o capitalismo enfrenta uma crise de superacumulação e presencia-se a expansão violenta da militarização, em busca de novas oportunidades para descarregar o capital acumulado excedente e evitar a estagnação. O princípio da violência está contido nos discursos e, como tal, vai colonizando o imaginário social e conduzindo à normalização das suas inúmeras formas simbólicas e reais, ancoradas em valores morais conservadores e excludentes (Severo, Hoefel, Silva, 2022, p.73-78). A (para)militarização gerada pela relação pautada na lógica capitalista e territorial entre as políticas de segurança pública e o mercado privado de armas de fogo e o contexto da ilicitude (Bueno, 2018), soma-se à metáfora da guerra, onde a ideologia neoliberal impõe a constituição de uma população e de territórios à margem do “aceitável”, frente

às práticas de Estado arbitrárias e violadoras de direitos, o que se torna modus operandi nas favelas (Leite, 2012).

É nesse ínterim que ampliam-se e se reconfiguram as disputas por controle econômico-territorial entre grupos armados de economia ilícita, com destaque às facções e as milícias, mas na íntima e "orgânica" relação com o Estado. As facções se assemelham às empresas na estrutura organizacional das atividades e na relação de compra e venda da força de trabalho, se potencializam na sua estrutura simbólica e normativa atrelada à violência (o "ethos guerreiro") e se dão na transversalidade com o Estado. (Bitencourt, 2021). A rápida expansão do crime organizado e os processos de estruturação de atividades criminosas no Brasil vinculam-se ao narcotráfico internacional e a organização transnacional do crime (Zaluar, 2004). Albuquerque (2018), resgata as facções no âmbito da "questão das drogas". como expressão da "questão social" na sociedade brasileira, em que o prisma da análise remete à seletividade do sistema penal e o ideal punitivista que se dedicam ao encarceramento em massa como forma prioritária de enfrentamento à "questão das drogas".

No que se refere às milícias (portanto, também, o Estado), o termo refere-se usualmente aos "agentes" dos "grupos de extermínio", no abuso monopólio da violência garantida pelo Estado, (Zaluar; Conceição, 2007, p. 90), em que atualmente se percebe um "progresso" e/ou "politização" (Burgos, 2002; Zaluar; Conceição, 2007). Acerca da referência ao Estado, considera-se que as instituições e os agentes estatais que produzem violações de direitos atrelam-se às ações repressivas, imersas desde as interações sociais, da ditadura as forças de segurança que foram profundamente militarizadas, ao cenário atual do projeto político que busca naturalizar a militarização da vida nas favelas, via implementação e desenvolvimento do projeto neoliberal (Bitencourt, 2023).

Se, no contexto da Ditadura Militar, as forças de segurança foram profundamente militarizadas, na ampliação de sua autonomia para a garantia de impunidade (Oakim et al., 2021), atualmente, como retratam Telles e Hirata (2007), nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal que transitam as atividades ilícitas mudaram de escala, os grupos armados se internacionalizaram e se reorganizaram sob formas polarizadas (entre, de um lado, os empresários do ilícito e, de outro, os pequenos vendedores de rua, que operam à margem da verdadeira economia da droga e transitam o tempo todo entre a rua e a prisão, os "trabalhadores precários" da droga).

ISSN 2965-2499

Hamann-Nielebock e Carvalho (2008, p. 109) demonstram que toda a população civil "sofre consequências com a economia de guerra gerada em uma situação de conflito armado", e os impactos se manifestam pelo número de mortes, com origem nas ações repressivas das forças de segurança estatais, assim como nas disputas por territórios/recursos entre grupos armados, além das mortes e de ferimentos ocasionados por balas perdidas, são também impactos da violência armada: a desestruturação familiar; o fechamento de escolas e paralisação de serviços públicos em áreas violentas; as migrações forçadas que dão origem aos "refugiados urbanos" (Ibid., 2008).

3. AS INFLUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA URBANA NO CONTEXTO DOS CONFLITOS ARMADOS NO ÂMBITO DE CAMPUS UNIVERSITÁRIOS NO RIO DE JANEIRO:

Nesse cenário em que se adensam as violências diretas, por meio das operações bélicas e militarizadas com traços punitivistas, e a partir do fortalecimento do modelo de guerra na lógica das intervenções militares (tensionadas entre as políticas de segurança pública e o mercado privado de armas de fogo e o contexto da ilicitude), tem-se consequências da exposição à violência armada, que se desdobram em agravos de saúde mental, como depressão e ansiedade, transtornos do sono e o desenvolvimento de doenças crônicas, entre outras questões (CESEC, 2023), tal como se sofre as consequências dos variados efeitos (que são diretos, e não "colaterais"), que se dão em meio às disputas na dinâmica do controle econômico-territorial, principalmente àqueles negativos ligados ao âmbito do varejo local (nas violências nas comunidades, periferias etc.).

Ao averiguarmos a plataforma digital Fogo Cruzado - site colaborativo com dados de violência armada nas capitais e regiões metropolitanas dos estados do Rio de Janeiro e de Recife - é possível observar que no ano de 2020 a Região Metropolitana do Rio de Janeiro registrou 2.606 tiroteios somente no primeiro semestre daquele ano. O RJ teve média de quinze tiroteios por dia neste primeiro semestre do ano e foram quase 600 mortes contabilizadas na Região, o resultado é 7% maior que o mesmo período em 2020 (Fogo Cruzado, 2020). Já em 2021 a Região Metropolitana do Rio de Janeiro registrou 4.653 tiroteios em 2021 (uma média de 12,7 tiroteios por dia), obtendo 2.098 pessoas baleadas e 1.084 mortes - o número de mortos cresceu 21% (Fogo Cruzado, 2021).

Colhe-se, negativamente, uma conjuntura desfavorável no Brasil, onde, de acordo com o Atlas da Violência 2020, os casos de homicídio de pessoas negras (pretas e pardas) aumentaram

ISSN 2965-2499

11,5% na década anterior. Enquanto a taxa de homicídio a cada 100 mil habitantes foi de 13,9 casos entre não negros, a atingida entre negros chegou a 37,8 (IPEA, 2020). Neste ínterim, 86% dos mortos em ações policiais no RJ são negros, sendo que o Estado é o que mais produziu mortes em ações e intervenções das polícias, com 1.245 registros no ano passado (CESEC, 2020). Já conforme aponta o Atlas da Violência 2021, é possível citar a situação dramática do Rio de Janeiro, em que a taxa de Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI) aumentou 237% no mesmo ano (IPEA, 2021).

Este enredo é efetivado em uma conjuntura na qual as áreas dominadas por grupos armados no Rio de Janeiro cresceram 131% em 16 anos. De acordo com o Mapa dos Grupos Armados (2022), do Instituto Fogo Cruzado e do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos, da Universidade Federal Fluminense (Geni-UFF), neste período, as áreas urbanas sob influência dos atores citados (facções e milícias), na região metropolitana do Rio de Janeiro, passaram de 8,7% para 20% do território, ou seja, um aumento de 131% entre os triênios 2006-2008 e 2019-2021 (GENI-UFF, 2022). Vale citar que, neste período, o domínio da milícia passou de 23,7% para 49,9% (GENI-UFF, 2022). Os efeitos diretos dessa dinâmica de confrontos estão presentes no cotidiano da população do Rio de Janeiro, e se determinam com particularidades a depender da região e do local. É o caso da situação da educação, em que diferentes instituições sofrem com as expressões desses conflitos.

Em 2017, nos 201 dias letivos do calendário escolar, em 184, ao menos uma unidade escolar suspendeu suas atividades por conta de tiros. Entre fevereiro de 2017 e de 2018, 46% das unidades escolares da cidade tiveram pelo menos 1 tiroteio/disparo em um raio de 300 metros. Neste ano, 177 unidades da região metropolitana do Rio de Janeiro tiveram ao menos um disparo em um raio de 100 metros, significando um aumento de 156% em relação às escolas que já sofriam com essas consequências, comparado ao mesmo período do ano letivo de 2017 (Ramos et al., 2018). Ainda, vê-se que 46% de um total de 1886 unidades escolares, entre creches, escolas municipais e estaduais no Rio de Janeiro tiveram pelo menos 1 tiroteio/disparo em um raio de 300 metros de suas dependências (ibid, 2018).

Nesse contexto, as instituições de ensino superior também sofrem reflexos. Apesar da defasagem de análises (estudos, pesquisas, etc.), sobre as consequências da violência armada para o cotidiano das universidades no Rio de Janeiro, é possível verificar a necessidade de entender a importância desses impactos.

ISSN 2965-2499

"Universidades fecham campus, suspendem aulas e abonam faltas no RJ" (Agência Brasil, 2023), é o título de uma reportagem que trata dos ataques à transportes públicos na zona oeste do Rio de Janeiro, promovidos por milicianos e que tiveram impacto no funcionamento das universidades públicas na região metropolitana, ocasionando o fechamento dos campi Zona Oeste da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

"Após morte de estudante em tiroteio em Seropédica, Universidade Federal Rural do RJ suspende aulas e declara luto", é o título de uma reportagem do G1 Rio (2024), que descreve a situação no município de Seropédica, em que a instituição de ensino superior anunciou a suspensão das atividades depois que uma troca de tiros envolvendo milicianos terminou com um estudante morto e duas crianças feridas. Na cidade do Rio de Janeiro também se percebem esses impactos. *"Alunos de faculdade sofrem com tiros em Cascadura: praticamente uma guerra civil*, é a matéria do jornal Bom dia Rio (2023), que descreve a situação de alunos da Faculdade Souza Marques, na Zona Norte do Rio, que sofrem com os tiroteios frequentes do conflito pelo domínio do Morro do Fubá.

Essa é uma realidade em evidência, também, no contexto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A universidade foi concebida em 1920, conforme o decreto 14.343/20, enquanto Universidade do Rio de Janeiro (URJ), reunindo a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito. Estas edificações seguiam o padrão vigente para o urbanismo universitário do início do século XX, estruturando-se em edificações isoladas incorporadas à malha urbana (Pinto e Buffa, 2009).

A cidade do Rio de Janeiro era a capital nacional à época e a URJ foi a primeira universidade criada em nível federal no Brasil. A década de 1930 foi marcada por questionamentos e reflexões sobre o padrão de educação universitária a nível nacional. Durante o período do Estado Novo (1937-1945), a Universidade do Rio de Janeiro foi transformada em Universidade do Brasil (UB) por meio da Lei Nº 452/37, enquanto "comunidade de professores e alunos, consagrados ao estudo, tendo como finalidade essencial o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística". Além das faculdades e a Escola que compunham a URJ, a UB indicava o total de 12 estabelecimentos, entre faculdades e escolas de formação.

A instituição da UB, sua respectiva expansão do quadro de formação superior e as diversas perspectivas sociais, econômicas e políticas que permeavam a capital do Brasil resultaram na necessidade de implantação de um campus universitário. As discussões e planos

para a implantação do campus da Universidade do Brasil iniciaram na década de 30. Diversas e díspares localidades foram cogitadas. Conforme aponta Oliveira (2005), a definição dos planos perdurou por quase três décadas e considerou a implantação nos bairros da Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Lagoa Rodrigo de Freitas, Vila Valqueire, Manguinhos e na cidade de Niterói. Os diferentes projetos eram singulares em sua distribuição espacial e intenções. Conforme definiu Barbosa (1945, p. 23):

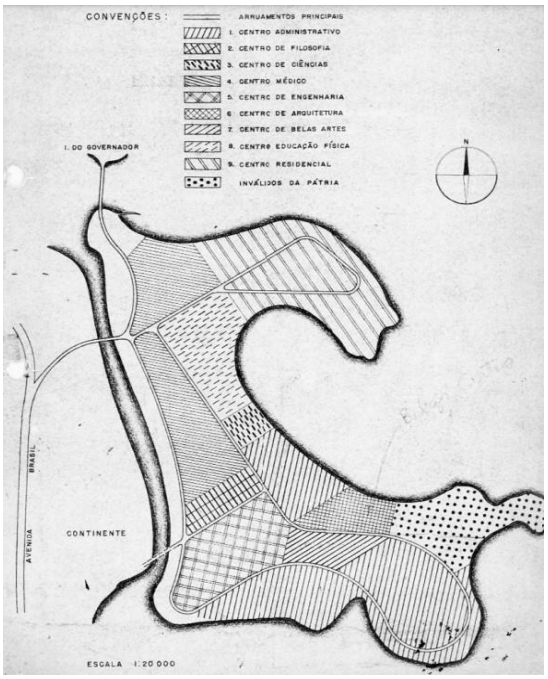
> A concepção da cidade universitária da Universidade do Brasil se baseava na ideia de uma integração urbana, situando-se junto aos bairros densamente habitados da metrópole e centralizando em um único campus as instalações acadêmicas, de pesquisa, administrativas e de serviços de suporte. Incluiria, além disso, museus, áreas para atividades esportivas e locais apropriados para o ensino das ciências naturais, como jardim e horto botânico, jardim zoológico e biotério.

O termo “campus universitário", invenção norte-americana, apoia-se em uma ideologia antiurbana e emerge enquanto “locus segregado da cidade, ambiente no qual o afastamento da turbulência citadina permitiria o desenvolvimento sem peias da ciência e do conhecimento” (Pinto e Buffa, 2009, p. 09). Verifica-se, portanto, que a adaptação nacional não visava seguir os preceitos norte-americanos. A integração com a cidade fundamentava os planos realizados. Porém, para viabilizar o contingente educacional da instituição, assim como apontado por Mello Junior (1985), tornava-se necessário uma vasta área física, em terreno predominantemente horizontal e com certo isolamento da cidade consolidada.

Sendo assim, estabeleceu-se o Campus Fundão, em redor imediato entre a enseada de Manguinhos e a Ilha do Governador, em arquipélago formado por 9 ilhas e planificado por meio de sucessivos aterros, resultando em uma só ilha, a “Ilha do Fundão”, conforme demonstrado abaixo na figura 1.

Figura 1

Figura 01: Setorização do Plano de Conjunto de 1949.



Fonte: Acervo ETU, NPD-FAU-UFRJ[3].

Apesar das modificações ao plano urbano inicial, e de não ter sido totalmente implementado, o projeto seguiu a tipologia moderna, tanto em seu traçado urbano quanto nos projetos arquitetônicos. Em 1965 a Universidade do Brasil passou a ser denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro. As principais características deste movimento, implantadas no campus, foram: a racionalização do traçado viário, como um grande parque marcado pela hierarquia de vias largas que priorizam o transporte por automóveis; vastos espaços livres; setores delimitados por suas atividades e edificações monumentais implantadas em grandes quadras urbanas, em terrenos planos, reforçando a ortogonalidade.

[3] Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ISSN 2965-2499

O caráter funcionalista[4] e a eficiência da circulação são preceitos desta tipologia urbana. As universidades são espaços públicos e os espaços internos - das edificações - podem regular o acesso àqueles que contribuem para o desenvolvimento do conhecimento científico, visando a preservação de sua função. Os espaços urbanos, todavia, no caso do Campus Fundão, são de livre circulação - sem barreiras físicas para verificação de acesso. Nesta categoria, portanto, devem atender aos objetivos e necessidades da vida em sociedade, possuindo a função social do espaço e o uso democrático de suas áreas livres. Deve ser priorizado o acesso e circulação dos usuários deste espaço - discentes, docentes e funcionários do quadro técnico-administrativo, no sentido de possibilitar um local seguro para realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As análises contemporâneas acerca do urbanismo moderno apontam para a falta de aderência com a complexidade da vida urbana atual. A tendência racionalista e funcionalista que se pauta o modernismo não se vincula com as estruturas sociais e funções urbanas verificadas na atualidade. Apontam-se, especificamente, para os espaços amorfos em que as edificações se situam, isoladas dentro do mesmo campus, a prioridade para automóveis, em detrimento da circulação de pedestres, e os espaços públicos sem atrativos.

A UFRJ, situada em uma ilha, vincula-se com a cidade do Rio de Janeiro por meio de quatro pontes que ligam à Avenida Brasil, à Linha Vermelha, à Ilha do Governador e à Linha Amarela. Estas pontes, por sua vez, perpassam o denominado Complexo da Maré (Figura 2), um conjunto que compreende 16 favelas, que as sofrem com disputas por controle econômico-territorial entre grupos armados de economia ilícita.

Figura 2: Proximidade entre o Complexo da Maré e a UFRJ

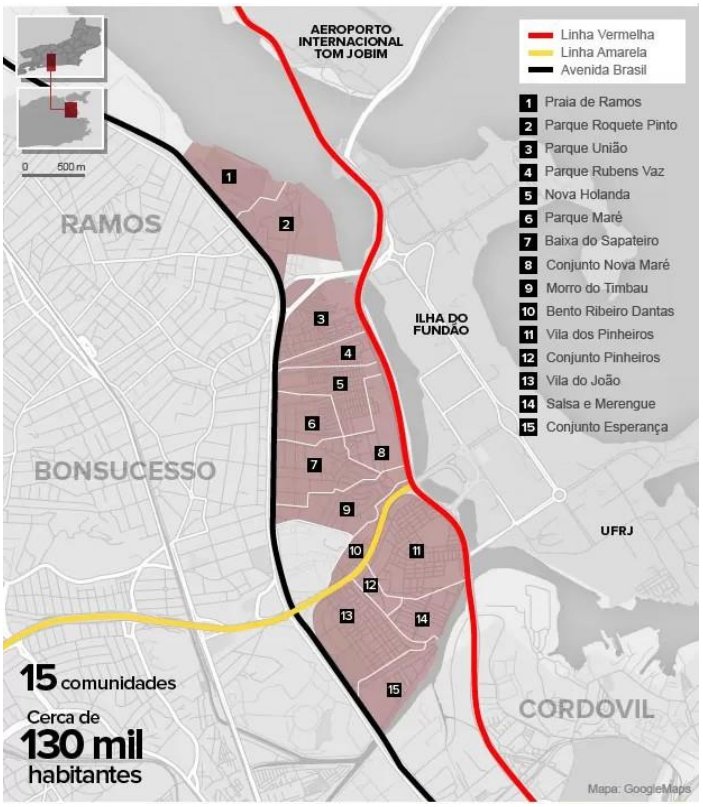
[4] O urbanismo funcionalista, também conhecido como “Urbanismo Racionalista”, foi sintetizado na Carta de Atenas, em 1933, definiu os critérios para o urbanismo moderno, em que as cidades deveriam satisfazer as necessidades básicas humanas, sendo elas: habitar, trabalhar, recrear-se e circular. Conforme apontado por Le Corbusier (1993): “O Urbanismo Funcionalista supunha a obrigatoriedade do planejamento regional e intraurbano, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos, a industrialização dos componentes e a padronização das construções, a limitação do tamanho e da densidade dás cidades, a edificação concentrada porém adequadamente relacionada com amplas áreas de vegetação. Supunha ainda o uso intensivo da técnica moderna na organização das cidades, o zoneamento funcional, a separação da circulação de veículos e pedestres, a eliminação da rua-corredor e uma estética geometrizante.”

Fonte: G1 (2022)

Os usuários da UFRJ precisam, invariavelmente, utilizar alguma destas pontes, a depender de seu ponto de origem. São as principais vias de circulação, com ligação para todas as zonas da cidade, e também sofrem as interferências dos conflitos armados que são conflagrados no Complexo da Maré. A figura 3, logo abaixo, demonstra as vias de conexão e os territórios de favelas limítrofes ao Campus Fundão:

Figura 3: Conjunto de favelas limítrofes ao Campus Fundão.

ISSN 2965-2499



Fonte: G1 (2014).

Na dinâmica cotidiana dos usuários da UFRJ, os intensos tiroteios e as frequentes operações policiais causam muitos prejuízos, fecham o acesso e circulação a essas vias e resultam na suspensão de aulas e atividades, tanto na UFRJ, quanto em escolas e creches e demais serviços no entorno imediato. Como é descrito em matéria do Jornal O Globo (2024), sobre a suspensão de aulas após confrontos no Complexo da Maré:

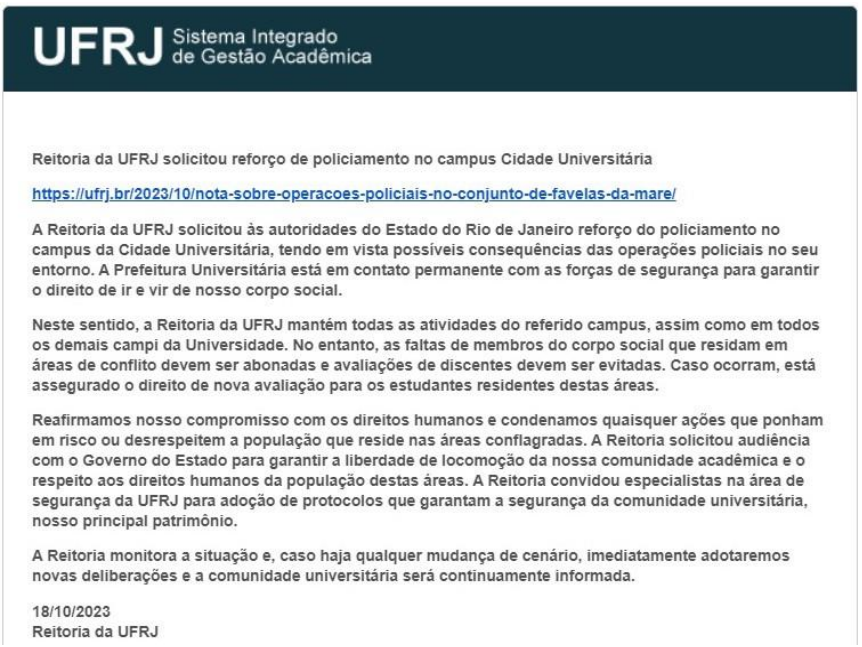
> A reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) suspendeu as aulas no período da noite e as avaliações por causa dos confrontos no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio. As faltas de estudantes nesta terça-feira serão abonadas. As determinações são válidas tanto para o Rio de Janeiro quanto para Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Três das principais vias expressas da cidade foram fechadas: Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela (O Globo, 2024).

A suspensão de aulas e atividades em decorrência de conflitos armados - sejam em operações policiais ou em conflitos entre os grupos de economia ilícita - é recorrente. Verifica-se a validade desta problemática por meio de recortes jornalísticos e em comunicados oficiais (exposto logo abaixo, nas citações e na figura 4), tais como:

> A UFRJ decidiu suspender todas as atividades acadêmicas da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, nesta segunda-feira (26) em função do confronto entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Por causa dos intensos tiroteios — que fecharam diversas vezes as

> linhas Vermelha e Amarela —, as aulas da manhã no Fundão não aconteceram. A Reitoria decidiu estender a paralisação para os demais turnos, por segurança. Além da UFRJ, ao menos 35 escolas e 4 postos de saúde não abriram por causa do conflito (G1, 2022).
>
> Desde a madrugada desta segunda-feira, 26, intenso confronto entre policiais e traficantes aterrorizou os moradores do Complexo da Maré e parou as vias expressas da cidade: Linha Vermelha e Linha Amarela. A troca de tiros obrigou os passageiros dos ônibus e quem estava em automóveis a se esconderem atrás dos veículos e das muretas. A recomendação do Centro de Operação do Rio foi evitar passar pelos locais e utilizar a Avenida Brasil. As vias permaneceram parcialmente fechadas durante todo o dia. Logo cedo, a Reitoria da UFRJ emitiu nota suspendendo as aulas da manhã na Cidade Universitária (SINTUFRJ, 2022).

Figura 4: Comunicado oficial enviado por e-mail aos alunos e servidores da UFRJ



UFRJ Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

Reitoria da UFRJ solicitou reforço de policiamento no campus Cidade Universitária

https://ufrj.br/2023/10/nota-sobre-operacoes-policiais-no-conjunto-de-favelas-da-mare/

A Reitoria da UFRJ solicitou às autoridades do Estado do Rio de Janeiro reforço do policiamento no campus da Cidade Universitária, tendo em vista possíveis consequências das operações policiais no seu entorno. A Prefeitura Universitária está em contato permanente com as forças de segurança para garantir o direito de ir e vir de nosso corpo social.

Neste sentido, a Reitoria da UFRJ mantém todas as atividades do referido campus, assim como em todos os demais campi da Universidade. No entanto, as faltas de membros do corpo social que residam em áreas de conflito devem ser abonadas e avaliações de discentes devem ser evitadas. Caso ocorram, está assegurado o direito de nova avaliação para os estudantes residentes destas áreas.

Reafirmamos nosso compromisso com os direitos humanos e condenamos quaisquer ações que ponham em risco ou desrespeitem a população que reside nas áreas conflagradas. A Reitoria solicitou audiência com o Governo do Estado para garantir a liberdade de locomoção da nossa comunidade acadêmica e o respeito aos direitos humanos da população destas áreas. A Reitoria convidou especialistas na área de segurança da UFRJ para adoção de protocolos que garantam a segurança da comunidade universitária, nosso principal patrimônio.

A Reitoria monitora a situação e, caso haja qualquer mudança de cenário, imediatamente adotaremos novas deliberações e a comunidade universitária será continuamente informada.

18/10/2023
Reitoria da UFRJ

Fonte: UFRJ (2023)

Percebe-se que, em meio às expressões decorrentes das situações de conflitos armados, a comunidade acadêmica e a sociedade são forçadas a buscar maneiras para “contornar” essas interferências. Ao pensarmos acerca dos territórios que se constituem junto às vias de conexão ao Campus Fundão, as favelas que apreendem o Complexo da Maré sofrem com uma realidade de muitos confrontos armados e violentos. No ano de 2023, conforme a 8ª Edição do Boletim “Direito à Segurança Pública na Maré” (2023), foram registradas 34 operações policiais que resultaram em 25 dias sem aulas (nas escolas da região), o fechamento de 20 escolas e aproximadamente 8 mil alunos sem aulas, em decorrência da violência armada. Resguardadas as devidas particularidades dos impactos no interior da região do Complexo da Maré, sabe-se que essas

interferências se interseccionam ao desenvolvimento urbano dos espaços limítrofes dessas regiões, especialmente ao se pensar a UFRJ nesse contexto.

4. À GUISA DE UMA BREVE REFLEXÃO FINAL:

As universidades federais são espaços públicos que sofrem com os conflitos armados, que interferem na preservação da função social dos campi universitários. Não existem categorias previamente elencadas e a quantificação dos crimes ocorridos pode não ser precisa, uma vez que não há registro de todos os tipos de ocorrências nos campi citados, como é o caso da UFRJ. Porém se evidencia, por meio deste trabalho, as proposições das análises contemporâneas acerca do urbanismo moderno, que apontam para a falta de aderência com a complexidade da vida urbana atual. O Campus Fundão, com a sua área livre inicialmente pensada para se destinar ao escopo do enorme projeto institucional, atualmente se insere na dinâmica da relação limítrofe principalmente com as favelas do complexo da Maré, um território que sofre fortemente com as consequências da (para)militarização gerada pela relação pautada na lógica capitalista.

A violência urbana, que se dinamiza nas consequências advindas da economia de guerra, se constitui por meio das operações bélicas e militarizadas com traços punitivistas, e a partir do fortalecimento do modelo da lógica das intervenções militares que potencializa as violações de direitos humanos. É nessa dinâmica que atualmente a UFRJ é forçada a suspender atividades, estender paralisações, lidar com situações de interdições das suas vias de acesso, presenciar perseguições, tiroteios e roubos no interior dos seus espaços e edificações. Há prejuízos imensuráveis no que tange ao acesso à educação, ao direito de ir e vir e a segurança, etc. e elucidar essa problemática é de fundamental importância, frente a um período em que se vive o reforço do ethos privatista e a desvalorização dos laços de solidariedade e da função social do espaço e o uso democrático de suas áreas livres.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, G. Quem tem medo de falar sobre drogas? saber mais para se proteger. Editora FGV. Rio de Janeiro 2015.

AGÊNCIA BRASIL. Universidades fecham campus, suspendem aulas e abonam faltas no RJ. (Por Vinícius Lisboa - Repórter da Agência Brasil). 24/10/2023. Disponível em:

https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/universidades-fecham-campus-suspendem-aulas-e-abonam-faltas-no-rj

ALBUQUERQUE, C. S. "Questão das Drogas" e o Serviço Social: um desafio posto à profissão. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2 a 7 de dez. 2018, Vitória. Anais, Vitória: ENPESS, v. 1, n. 1, 2018.

BARBOSA, L. H. H. A localização da Universidade do Brasil. Revista do Serviço Público. Rio de Janeiro, v. II, nº 3, p. (23-35), junho, 1945.

BITENCOURT, J. V. G. HEICHARD, Y. O. G. B. Apontamentos sobre conflitos armados e as suas influências no contexto dos direitos humanos no Estado do Amazonas. III ENTIS. Out. 2023.

BITENCOURT, J. V. PAIVA, A. R. Fronteiras “visíveis” e deslocamentos: ensaio por meio da pichação e do funk. Katálysis. v. 26 n. 1: Crise Sanitária, Territórios e Pobreza. 2023.

BITENCOURT, João Vitor Gomez. (Des)Proteção social nos deslocamentos internos e forçados no Rio de Janeiro. Orientadora: Ariane Rego de Paiva. – 2023. 228. Tese (doutorado) – PUC-Rio. 2023.

BRASIL DE FATO. UFRJ pede reforço no policiamento em campus do Fundão durante operações policiais na Maré. 2023. Disponível em:<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/19/ufrj-pede-reforco-no-policiamento-em-campus-do-fundao-durante-operacoes-policiais-na-mare> Acesso em 05 ago 2024.

BRASIL. Decreto Nº 14.343, de 7 de Setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei Nº 4.831, de 5 de Novembro de 1965. Dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais das cidades do Rio de Janeiro e de Niteroi.

BRASIL. Lei Nº 452, de 5 de Julho de 1937.Organiza a Universidade do Brasil.

CASTELO, R. A violência como potência econômica na gênese da "questão social" no Brasil. Temporalis, Brasília, DF, a. 21, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021.

CESEC. 86% dos mortos em ações policiais no RJ são negros, apesar de grupo representar 51,7% da população. Online. 2020. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/reportagens/estudo-diz-que-86-dos-mortos-em-acoes-policiais-no-rj-sao-negros-apesar-de-grupo-representar- 517-da-populacao

CHANG, H-J. Chutando a escada. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

DORNELLES, J. R. Direitos humanos em tempos sombrios: barbárie, autoritarismo e fascismo do século XXI. RIDH, Bauru, v. 5, n. 2, p. 153-168, jul./dez. 2017.

FOGO CRUZADO. Tecnologia e dados abertos pela vida. (Dados). Online. 2021. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br.

G1 GLOBO. Alunos de faculdade sofrem com tiros em Cascadura: ‘Praticamente uma guerra civil’. (Por Lucas Madureira, Bom Dia Rio). 31/03/2023. Disponível em:

https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/31/alunos-de-faculdade-sofrem-com-tiros-em-cascadura-praticamente-uma-guerra-civil.ghtml

G1 GLOBO. Após morte de estudante em tiroteio em Seropédica, Universidade Federal Rural do RJ suspende aulas e declara luto. (Por Henrique Coelho, g1 Rio). 09/04/2024. Link: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/09/meu-maior-desejo-e-ir-embora-daqui-diz-estudante-de-seropedica-que-viu-tiroteio-que-terminou-com-colega-morto.ghtml

G1. Conjunto de Favelas da Maré é ocupado para instalação de UPP. 2014. Disponível em:<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/conjunto-de-favelas-da-mare-e-ocupado-para-instalacao-de-upp.html> Acesso em 05 ago 2024.

G1. Perseguição e tiroteio assustam estudantes da UFRJ, na Ilha do Fundão. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/10/23/perseguicao-e-tiroteio-assustam-estudantes-da-ufrj-na-ilha-do-fundao.ghtml> Acesso em 05 ago 2024

G1. UFRJ suspende todas as aulas no Fundão após confrontos na Maré. 2022. Disponível em:<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/09/26/ufrj-suspende-todas-as-aulas-no-fundao-apos-confrontos-na-mare.ghtml> Acesso em 05 ago 2024

GENI. Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro. 13 set. 2022. Online. Disponível em: https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa- historico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. Tempo Social: Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 105-119, maio de 1998.

IPEA. Atlas da Violência 2020: Principais Resultados. Online. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados

KARAM, M. L. Legalização das drogas. Coleção: para entender direito. São Paulo: Estúdio Editores, 2015.

LE CORBUSIER. A Carta de Atenas [versão de Le Corbusier: tradução de Rebeca Scherer]. São Paulo: IIUCITEC: EDUSP, :JJUCITEC: EDUSP, 1993.

LEITE, M. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança. In: LEAL, G. A. S.; ALMEIDA, J. R. M. Estado, Crime Organizado e Território: poderes paralelos ou convergentes? Revista Brasileira de Segurança, v. 6, n. 2, p. 374- 389. 2012.

LUCE, M. Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018. MARINI, R. M. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

MALDONADO, M. T. Os construtores da paz: caminhos da preservação da violência. São Paulo, Moderna, 1997.

MELLO JÚNIOR, Donato. Um Campus universitário para a Cidade do Rio de Janeiro. In: Arquitetura Revista 2. Rio de Janeiro: FAU UFRJ. VII, 1° semestre de 1985.

MISSE, M. Cinco Teses Equivocadas sobre a Criminalidade Urbana no Brasil - Uma Abordagem Crítica, Acompanhada de Sugestões para uma Agenda de Pesquisas. “Violência ou Participação Social no Rio de Janeiro”, realizado em 17-4-1995 no IUPERJ.

O GLOBO. UFRJ suspende aulas no período noturno após confrontos no Complexo da Maré. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/06/11/ufrj-suspende-aulas-no-periodo-noturno-apos-confrontos-no-complexo-da-mare.ghtml> Acesso em 05 ago 2024

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de Das Ilhas à Cidade – A construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1935-1950). Rio de Janeiro: IFCS. Departamento de História, 2005.

OSÓRIO, J. Sobre superexploração e capitalismo dependente. Cad. CRH, Salvador, v. 31, n.84, set./dez. 2018.

PINTO, G. A., and BUFFA, E. Arquitetura e educação: campus universitários brasileiros. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

RAMOS, Silvia et al. Muito tiro, pouca aula. Pouca aula, mais bandido: infográfico 8. Observatório da intervenção. Disponível em: http://www.observatoriodaintervencao.com.br/ dados/relatorios1/

REDES DA MARÉ. DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ 2023. 8ª ed. 2023. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/boletim_dados_2023.pdf> Acesso em 06 ago 2024

SANTOS, E. C. DA SILVA, C. A. F. Consequências da violência armada carioca para as aulas de educação. Movimento, Porto Alegre, v. 26, e26036, 2020.

SINTUFRJ (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Mais uma operação policial surpresa na Maré com mortos e uma população apavorada. 2022. Disponível em: <https://sintufrj.org.br/2022/09/reitoria-suspende-aulas-da-manha-desta-segunda-feira-26-9/>Acesso em 05 ago 2024

WALLERSTEIN, I. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto. 2004.

WEYRAUCH, C. S. Violência Urbana. Dimensões, v. 27, p.2-2, 2011.

ZALUAR, A. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.